

Barroso critica, e CNJ revoga punição a juízes da Lava-Jato

Afastamento de desembargadores foi mantido; presidente considerou medida 'arbitrária e desnecessária'

DANIEL GULLINO
danilgullino@globo.com.br
BRASIL

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revogou ontem o afastamento dos juízes federais Gabriela Hardt e Danilo Pereira Júnior, ex-titular e atual responsável, respectivamente, pelos processos da Lava-Jato em Curitiba. Oito dos 15 conselheiros defenderam essa posição. A decisão sobre abertura de Procedimentos Administrativos Disciplinares (PADs) contra eles e dois desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) será definida em outro momento.

No caso dos desembargadores Thompson Flores e Loraci Flores de Lima, o afastamento foi mantido por nove votos a seis. A medida contra os quatro magistrados foi tomada na segunda-feira pelo corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão.

Ontem, Salomão propôs ainda a abertura de um PAD contra os quatro. Entretanto, o presidente do CNJ, Luis Roberto Barroso, pediu vista e interrompeu esse ponto do julgamento.

O corregedor também chegou a propor a abertura de um PAD contra o ex-juiz e senador Sergio Moro (União Brasil-PR), que era alvo da mesma reclamação

disciplinar de Hardt. Depois, contudo, Salomão decidiu desmembrar o caso de Moro, que será analisado em outra oportunidade, porque ele não foi alvo de afastamento.

— Em relação ao senador Moro, foi o único que não teve cautelares, então para fluência melhor dos trabalhos, eu desmembro o feito e retiro o encaminhamento do voto em relação a ele (Moro).

“SEM URGÊNCIA”

Em seu voto, Barroso afirmou que os afastamentos foram uma medida “illegítima, arbitrária e desnecessária” e votou para derrubá-los. Para ele, Salomão não poderia ter tomado a medida de forma monocrática,

naves para a sessão do CNJ. — Respeitando quem pensa diferente, considero que a medida foi ilegítima, arbitrária e desnecessária, o afastamento dos juízes por decisão monocrática, sem deliberação da maioria absoluta. E sem nenhuma urgência que não pudesse aguardar 24h para ser submetida a esse plenário.

Quando à abertura ou não dos PADs, o presidente pediu vista, por alegar que não foi possível analisar todos os documentos do processo, e prometeu devolver o caso na próxima sessão.



Posicionamento. Barroso votou contra o afastamento e afirmou que Salomão não poderia ter tomado a medida sozinho, na véspera da sessão do CNJ

“Considero que a medida foi ilegítima, arbitrária e desnecessária, o afastamento dos juízes por decisão monocrática, sem deliberação da maioria absoluta”

Luis Roberto Barroso,
presidente do CNJ

Foram analisados de forma conjunta duas reclamações disciplinares relacionados à operação Lava-Jato. A primeira foi contra Hardt, por ter homologado acordo entre o Ministério Público de Paraná e a Petrobras para criar uma fundação privada com recursos recuperados da estatal.

A segunda reclamação tem como alvos Danilo Pereira Júnior, atual responsável pelos casos da Lava-Jato, e os desembargadores Thompson Flores e Loraci



Placar. Medida contra Hardt foi revertida com o voto de oito dos 15 conselheiros

Flores de Lima. Eles são suspeitos de descumprimento de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). O procedimento envolve o julgamento sobre a suspeição do juiz Eduardo Apio, que atuou na 13ª Vara Federal de Curitiba.

O representante do Ministério Público Federal (MPF), José Adónis Callou, defendeu na sessão a derrubada de todos os afastamentos. Para o subprocurador, a ideia da fundação privada foi ruim, mas não pode significar uma infração funcional.

— Eu não consigo entender que uma ideia ruim possa significar infração funcional. Em seu voto, Salomão rebateu a fala e afirmou que houve “desvio”, e não apenas uma “infeliz iniciativa”.

— Não foi só uma infeliz iniciativa. Aqui é desvio. Preparado, concertado — disse. — Não foi uma ideia infeliz. Isso é peculato, desvio, se comprovados esses fatos.

TSE adia julgamento que pode cassar senador

Jorge Seif (PL-SC) é alvo de processo por abuso de poder econômico na campanha de 2022



No aguardo. O senador Jorge Seif (PL-SC), caso analisado na Justiça Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adiou o julgamento previsto para ontem à noite de uma ação que pode levar à cassação do mandato do senador Jorge Seif (PL-SC). O motivo do adiamento foi a ausência do relator do caso, Floriano Azevedo, que não compareceu à sessão.

Segundo o blog da jornalista Mafu Gaspar, do GLOBO, Azevedo já compartilhou seu voto pela cassação de Seif com os colegas há alguns dias. No voto, que ainda não foi lido, ele defende

também a convocação de novas eleições para definir quem fica com a vaga de Jorge Seif. Não há previsão de quando o julgamento de Seif vai ser retomado.

Segundo o presidente do TSE, Alexandre de Moraes, Azevedo não pôde comparecer à sessão de ontem “por motivos de doença em família”. Em seu lugar, participou da sessão a ministra Edilene Lôbo.

Conforme informou o blog, tanto aliados quanto adversários do senador arcam com o placar apertado. Dos

dois lados, a previsão é a de que a análise do caso divida o plenário. No mapeamento de votos dos dois lados a posição da vice-presidente do TSE, Cármen Lúcia, é considerada uma incógnita, o que a coloca no posto de “fiel da balança”.

Seif tem mobilizado aliados no Senado para tentar impedir a cassação pelo TSE. Os parlamentares estão também buscando magistrados de outras cortes e interlocutores dos ministros do TSE para pedir que saiam em defesa de Seif junto aos integrantes da corte, rechaçando as acusações e alegando que a ação contra ele é uma “injustiça”.

Os advogados de Raimundo Colombo, que ficou em segundo lugar na eleição para o Senado em 2022 e entrou com ação na Justiça Eleitoral contra Seif, tentam emplacar a tese de que ele, o segundo colocado na disputa, é quem deveria assumir o cargo.

Nação, a coligação de Colombo, formada por Patriota, PSD e União Brasil, diz que Seif deve ser cassado por supostamente usar a frota aérea da varejista Havan de Luciano Hang, além de sua equipe de funcionários, mobilizando a estrutura da empresa para alavancar a sua candidatura. Ao GLOBO, Seif disse que confiava na Justiça Eleitoral e na sua absolvição.

**WINGS FOR LIFE
WORLD RUN**

CORRA POR AQUELES QUE AINDA NÃO PODEM.

O MUNDO TODO JUNTO, AO MESMO TEMPO

05.05.24. 8H

100% DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO VÃO PARA A PESQUISA DE MEDULA ESPINHAL

PARTICIPE E CORRA